

ANAIS do 24º Congresso Brasileiro de Espeleologia

Ouro Preto MG, 11-13 de julho de 1997 - ISSN 2178-2113 (online)



O artigo a seguir é parte integrando dos Anais do 24º Congresso Brasileiro de Espeleologia disponível gratuitamente em www.cavernas.org.br/24cbeanais.asp

Sugerimos a seguinte citação para este artigo:

FIGUEIREDO, L.A.V.. Educação Ambiental e formação espeleológica no Brasil: estado da arte e perspectivas. In: RASTEIRO, M.A.; PEREIRA-FILHO, M. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 24, 1997. Ouro Preto. *Anais...* Campinas: SBE, 2017. p.17-24. Disponível em: http://www.cavernas.org.br/anais24cbe/24cbe_017-024.pdf>. Acesso em: *data do acesso*.

Consulte outras obras disponíveis em www.cavernas.org.br



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO ESPELEOLÓGICA NO BRASIL: ESTADO DA ARTE E PERSPECTIVAS

Luiz Afonso Vaz de FIGUEIREDO – Seção de Educação Ambiental e de História da Espeleologia – SBE;
Programa de Especialização em Educação Ambiental - Fundação Santo André - FUSA.

Resumo

O presente trabalho pretende demonstrar a importância da implementação de um programa nacional de educação ambiental e formação espeleológica, em vista do incremento da demanda de interessados por espeleologia e, por outro lado, o conseqüente aumento dos impactos sócio-ambientais em regiões que concentram nosso patrimônio espeleológico. São destacadas, também, as diretrizes para o cadastramento e apoio à cursos de espeleologia pela SBE e os fundamentos para a estruturação de um Curso de Especialização em Espeleologia, em nível nacional.

Palavras-Chave: educação ambiental; iniciação à espeleologia; formação espeleológica; cursos de espeleologia; profissionalização do espeleólogo.

Abstract

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SPELEOLOGICAL TRAINING IN BRAZIL: STATE OF THE ART AND POINTS OF VIEW

This paper presents the importance of the implementation of a environmental education and a Speleological training national program. This proposal is due to a increase of the interested' s demand for speleology and the consequence of the social and environmental impacts' increase in the regions that concentrate our Speleological heritage. The directives for the register and support from Speleological courses are emphasized. The basis for the structure of a Speleological Specializaíon's Course on the national level are presented too.

Keywords: environmental education; Speleological initiation; Speleological training; Speleological courses; professionalization of the speleologist.

INTRODUÇÃO

Trabalhos voltados para a questão educacional, relativos à formação espeleológica, têm sido pouco contemplados nos encontros de espeleologia. Desde 1988, temos trazido contribuições para a reflexão da importância da Educação Ambiental como forma de melhor conhecer, divulgar e preservar o patrimônio histórico, cultural e natural, particularmente, àqueles referentes aos sítios espeleológicos. (FIGUEIREDO, 1988). Em nossas pesquisas, vimos ressaltando a necessidade de se garantir um processo de aproximação consciente entre espeleólogos e as populações do entorno das regiões que possuem cavernas, e minimizar o conflito disseminado de que a preservação é incompatível ao processo de desenvolvimento. (FIGUEIREDO, 1991; FIGUEIREDO *et al*, 1992)

Em trabalhos anteriores realçamos o papel que os ambientalistas, e em particular os espeleólogos, têm quanto a participar do processo de

buscar formas alternativas de desenvolvimento econômico, compatível social e ecologicamente, nas regiões onde ateam, demonstrando que é possível desenvolver sem destruir o patrimônio ambiental e cultural. É preciso, porém, que isso ocorra em parceria com esses históricos companheiros dos cavernistas e espeleólogos, essas pessoas fantásticas, com enorme experiência de vida e que nos acompanham pelo sertão afora de nosso grande território brasileiro e seus espaços subterrâneos. (FIGUEIREDO, 1991,1993b, 1996, 1997)

A necessidade urgente de um processo de reeducação dos espeleólogos é ressaltada, propondo atividades mais integradas às realidades sócio-ambientais das regiões que possuem cavernas. Devemos, pois, tornar cuidado com o processo de invasão cultural, evitar a geração de conflitos quanto aos pontos de vistas e, essencialmente, realizando um trabalho com as populações envolvidas e não para as mesmas. Esse deve ser o cerne de um trabalho educativo que vise a formação de agentes multiplicadores.

Iniciativas internacionais para o desenvolvimento de uma proposta de educação espeleológica, principalmente do ponto de vista técnico, têm ocorrido em várias partes do mundo. A própria UIS possui uma Comissão de Ensino Espeleológico, que tem como principais funções: definir as diretrizes para estimular a divulgação da espeleologia e acompanhar a aplicação dos princípios para uma boa iniciação dos cavernistas e formação adequada dos espeleólogos.

A Federação Francesa de Espeleologia possui uma Comissão de Ensino que desenvolve um trabalho de formação espeleológica que prevê os seguintes estágios: a) Técnico (descoberta da Espeleologia, formação técnica, aperfeiçoamento e especialização técnica); b) Pedagógico (breve federal de Iniciador em Espeleologia, breve federal de Monitor de Espeleologia, breve federal de Instrutor de Espeleologia e Qualificação Espeleológica); c) Especialização (Estágio Científico e Estágio de Mergulho). Isso significa que na França existe toda uma preocupação com a formação de agentes multiplicadores, utilizando uma estrutura semelhante a das escolas de mergulho. (FFS, 1984)

Outro importante exemplo de formação e divulgação espeleológica, em nível internacional, ocorre na Itália, é o Centro Didático Espeleológico (CEDIS), desenvolvido pelo Grupo Puglia Grotte, da cidade de Bari, cuja gestão é feita em parceria com órgãos públicos, Universidade de Bari, entidades comunitárias e espeleológicas, fato esse que demonstra proximidade entre as atividades dos espeleólogos, os problemas regionais e o envolvimento da população na proteção das cavernas e do patrimônio histórico e natural da região de interesse do grupo.

O CEDIS possui várias seções, entre elas: museu didático, audiovisual, Centro de Documentação Cárstica, Espeleoturismo e curso de Espeleologia (CAMPANELLA, 1987). Esse grupo espeleológico italiano, vem analisando e adequando suas diretrizes quanto aos diversos cursos que tem promovido, visando uma formação e divulgação espeleológica integrada com a problemática local. (CAMPANELLA, 1984)

Em relação à América Latina, a Argentina possui um interessante exemplo. O Centro Espeleológico Córdoba (CEC) apresentou, durante o 1º. Congresso de Espeleologia da América Latina e do Caribe, em 1988, uma proposta para a criação de uma Escola Técnica de Espeleologia, cujos objetivos eram atingir uma formação básica e ampla

sobre a espeleologia científica, propiciando uma visualização das suas técnicas de investigação e dos conhecimentos envolvidos. Os autores da proposta reforçaram, ainda, a necessidade de se promover um processo de capacitação como forma de superar a etapa da aventura-desportiva. (AVACA *et alii*, 1988)

Em relação à atuação no Brasil, o presente trabalho tomou como base a crescente demanda das atividades em cavernas brasileiras e o aumento verificado no número de interessados e entidades espeleológicas. Dentro desse contexto, observou-se, por outro lado, um aumento acentuado no número de acidentes, no processo de degradação do patrimônio espeleológico e inclusive o despreparo dos cavernistas iniciantes para o tratamento de diversas questões de caráter fundamental, tais como: resgate e segurança, conhecimento correto de técnicas verticais e de prospecção, política de meio ambiente, história da espeleologia, educação ambiental, intercâmbio com as populações locais, entre outros.

Assim, procuramos neste *paper* identificar os fundamentos que viabilizem uma proposta de implementação de um programa nacional de educação e formação espeleológica. Além disso, procurou-se definir as diretrizes para realização de cursos de capacitação espeleológica de âmbito geral e os de formação profissionalizante e, desse modo, consolidar e multiplicar as experiências que vêm sendo realizadas pela Seção de Educação Ambiental da SBE, desde 1992, quando foi definitivamente implantada.

Entre as justificativas para trazer essa discussão à tona temos: a necessidade de formação adequada de instrutores e agentes multiplicadores, a busca de um melhor preparo do leigo e dos iniciantes, ampliar a difusão dos princípios da correta atividade espeleológica, sempre que possível inter-relacionando espeleólogos, cavernistas, turistas, moradores locais, funcionários de Unidades de Conservação, poder público e outros agentes sociais que atuem em regiões que contenham sítios espeleológicos.

Devemos ressaltar, ainda, a necessidade de um trabalho de formação continuada, visando preparação adequada dos espeleólogos dentro de uma perspectiva interdisciplinar e uma abordagem moderna de atuação, que coloque os espeleólogos em condições de versatilidade e numa posição de maior participação dos problemas e potencialidades da superfície, para que os mesmos não fiquem

somente interiorizados dentro do nosso fantástico Brasil subterrâneo.

EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO ESPELEOLÓGICA NO BRASIL

No Brasil, desde a década de 70, têm sido realizadas algumas tentativas para definir estratégias e parâmetros para realização de cursos e atividades de treinamento de espeleólogos. Encontramos manuscritos datados de 1978, em que Guy C. Collet já propunha a estruturação de um plano para o ensino da Espeleologia no Brasil.

Nesse sentido, em 1980, foi estruturada a Comissão Nacional de Cursos e Eventos da Sociedade Brasileira de Espeleologia (CNCE/SBE), coordenada por Nelson da Silva César Jr (EGA), que teve o importante papel na definição de diretrizes para implantação de um programa nacional de formação e treinamento em Espeleologia, indicando estratégias para a realização de cursos apoiados pela SBE. Para isso, os cursos propostos deveriam ser apostilados e ilustrados por recursos audiovisuais, seguindo um roteiro previamente definido e sugerido pela comissão.

Ainda no início da década de 80 era estruturada uma Comissão Nacional de Educação Ambiental, coordenada por Judith Cortesão, cujo objetivo principal era articular as propostas e programas educativos ligados à espeleologia. Verifica-se, entretanto, que essas iniciativas não foram desdobradas adequadamente naquele momento, além do que, a sua divulgação e continuidade ficaram prejudicadas.

Paralelamente, coube aos grupos de espeleologia o papel de formar e informar os novos cavernistas, por meio de cursos de difusão cultural, atividades teórico-práticas de treinamento, estímulo à leituras, trocas de experiências, etc. Esse processo de iniciação e formação do espeleólogo é uma prática constante dentro dos grupos de espeleologia, cada qual utilizando suas próprias estratégias. PARELLADA (1991) analisou de forma bastante interessante esse ritual de se tornar espeleólogo, em seu trabalho na área da Antropologia Social.

Vários grupos de espeleologia têm contribuído para a realização de ações educativas como seus próprios integrantes, com a difusão da riqueza e necessidade de proteção do nosso patrimônio espeleológico e, inclusive, no trabalho com populações locais. Entre as entidades que têm divulgado seus trabalhos e têm contribuído para a

educação espeleológica, podemos citar os seguintes: Sociedade Excursionista e Espeleológica (SEE), Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas (GBPE), Grupo de Estudos Espeleológicos Paranaense-Açungui (GEEP-AÇUNGUI), Grupo de Estudos Ambientais da Serra do Mar (GESMAR), Grupo Espeleológico de Campinas (GESCAMP) e a Sociedade Carioca de Pesquisas Espeleológicas (SPEC).

A crescente procura de universitários pelo tema e ampliação da demanda profissional para espeleólogos atuarem profissionalmente (IEPHA-MG, IF-SP, IG-SP, IBAMA-DF, CETEC-MG, operadoras de ecoturismo, empresas, consultorias, prefeituras, etc.), reforçam a necessidade de melhorar a formação do espeleólogo e de montar de um cadastro técnico, além de se estimular uma ampla discussão sobre esse processo de profissionalização.

As universidades, então, tiveram um papel fundamental na difusão dos preceitos científicos da Espeleologia, promovendo assim, espaços para discussão da Espeleologia e, principalmente, propiciando a realização de cursos de extensão, muitas vezes em parceria com entidades espeleológicas. Entre essas instituições de ensino superior destacam-se: UFOP (MG), USP (SP), UnB (DF), UFMG (MG), UFPR (PR), UEPG (PR), UFPA (PA), FUSA (SP), UFBA (BA), UESC (BA), UFRN (RN). Recentemente, a USP e a UFOP criaram disciplinas eletivas na área, sendo que a USP vem implementando áreas específicas de pesquisa em espeleologia, em nível de pós-graduação.

Do ponto de vista institucionalizado, as propostas para a estruturação de cursos de foram normalizadas e definidas pelo regimento interno da SBE, elaborado em 1991. Nesse documento são definidos os seguintes tipos de cursos: cursos curriculares, cursos optativos, cursos de extensão e cursos extracurriculares (que também poderiam ser denominados de cursos de difusão cultural).

Para a estruturação da Seção de Educação Ambiental (SEA), do Departamento de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (DEPROPE), foi definida a seguinte composição: profissionais de educação e interessados em Educação Ambiental, associados ou não da SBE, que desejam se envolver com a proteção do Patrimônio Espeleológico e assessores e/ou consultores especial e temporariamente contratados, sendo que um membro da SBE será indicado como coordenador.

Entre os objetivos propostos para a SEA/SBE estão:

- a) orientar a implantação de disciplinas e cursos de espeleologia junto a universidades e escolas de primeiro e segundo graus,
- b) produzir e orientar a produção de materiais de divulgação espeleológica,
- c) promover encontros e reuniões de caráter técnico-informativo congregando espeleólogos e organismos públicos e privados, bem como empresas, cujas atribuições e/ou atividades interferiram ou se relacionem com o patrimônio espeleológico,
- d) promover e/ou participar de programas de formação de guias para unidades turísticas relacionadas com cavernas,
- e) coordenar e/ou apoiar campanhas de informação e conscientização junto às populações em área de relevância espeleológica,
- f) incentivar e promover a divulgação da espeleologia junto a imprensa em geral,
- g) atuar de forma harmônica e integrada junto às demais Seções do DEPROPE, especialmente participando da elaboração e implementação de programas e estratégias de ação visando a divulgação e proteção do patrimônio espeleológico em escala local e global e
- h) coordenar a parte jurídica de cursos promovidos pela SBE. " (SBE, [1991])

A SEA/SBE foi implantada, de forma definitiva, a partir de 1992 por meio de atividades-piloto no Alto Vale do Ribeira: tais como projetos integrados de Educação Ambiental e manejo turístico de cavernas. Entre as atividades realizadas temos o trabalho de envolvimento de professores de regiões cársticas visando desenvolver programas escolares que incluam o patrimônio espeleológico, integrado com a diversidade sócio-ambiental da região (FIGUEIREDO, 1994).

Outra importante tarefa foi a formação de monitores de ecoturismo entre funcionários de parques (PETAR e PEJ) e jovens que estavam sem opções de trabalho e que não possuíam qualquer perspectiva profissional nas suas próprias regiões. Percebe-se que o turismo espeleológico, apesar de ser uma atividade em ascensão regional, acabava os

excluindo ou subtilizando. (FIGUEIREDO, 1996,1997)

Observamos que vários desses aspectos, relativos à Educação Ambiental e formação espeleológica, foram incorporados no projeto do Centro Nacional de Pesquisa, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV), elaborado, em 1996, pela SBE em parceria com o IBAMA. Nesse documento é definido como atribuições do Centro: a implementação do treinamento espeleológico especializado e promoção de programas de Educação Ambiental, visando a preservação das cavernas brasileiras. Por outro lado, não foi destacado no documento a importância do envolvimento da população local nas atividades de preservação e pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ESPELEOLÓGICA

I- Cursos de difusão, extensão e curriculares

O novo Regimento Interno da SBE normalizou as estratégias de atuação da entidade quanto à estruturação de curso, deixando claro em suas diretrizes que "é obrigação da Diretoria da SBE promover, fazer promover, apoiar, incentivar, procurar convênios, etc. para a realização de cursos na área de espeleologia" e "sempre que possível, contatar faculdades e departamentos de escolas de áreas correlatas, a fim de propor a criação de disciplinas eletivas, optativas ou extensivas..." (SBE, [1991])

Se de um lado é importante a multiplicação das atividades de divulgação da Espeleologia, por outro, é preciso que haja uma orientação e acompanhamento real da SBE quanto à realização de mini-cursos, palestras gerais, cursos de difusão cultural e eventos. E preciso, também, a elaboração de um Cadastro Geral de cursos a serem credenciados pela SBE/IBAMA.

Deve-se realizar uma análise das realizações espontâneas no assunto, mapeando a distribuição nacional dos centros formadores de espeleólogos e cavernistas, verificando e sugerindo a carga horária, temática básica, formas de divulgação, recomendações gerais, cuidados, segurança, registro das atividades, publicação dos resultados do curso e, quando possível, participando da realização dos cursos ou sugerindo nomes para o seu enriquecimento. É fundamental, portanto, efetivar

uma discussão nacional pela realização de encontros, juntando esforços de pessoas e entidades que já atuam com educação espeleológica, ou têm interesse, engrossando; assim, a equipe da SEA/SBE.

2- Curso de especialização em espeleologia

Em novembro de 1994, foi sugerido, durante o III Encontro Mineiro de Espeleologia (EMESPE), na mesa-redonda sobre a institucionalização da ciência espeleológica, a definição de mecanismos visando a melhoria na qualidade dos cursos de espeleologia, em todos os níveis, além da necessidade da criação de um curso de especialização na área, devido a crescente profissionalização da atividade do espeleólogo em todo Brasil.

Desse modo, indicamos em 1995, pela Seção de Educação Ambiental, a necessidade de realizarmos urgente discussões em torno da questão da criação de um curso nacional de especialização em Espeleologia, que deveria ser promovido de forma interinstitucional, em uma linha interdisciplinar, participativa e de formação continuada, aproveitando a experiência dos próprios participantes. Naquele momento a discussão não conseguiu atingir as pessoas-chave para a realização de tamanho empreendimento e por isso não evoluíram os trabalhos sobre o assunto. Assim, trazemos novamente o assunto à tona, de uma forma mais estruturada, visando subsidiar os debates e oferecer um ponto de partida para o enriquecimento das discussões.

A base conceitual para estruturação do referido curso de especialização pautou-se nas experiências que temos adquirido na implantação, docência e/ou coordenação dos cursos de especialização em Educação Ambiental da Fundação Santo André e da Faculdade de Saúde Pública-USP, além dos diversos cursos de formação continuada de professores e de outros agentes multiplicadores. (FIGUEIREDO, 1992, 1993a; FIGUEIREDO *et al.*, 1994; FUSP, 1994 e BAEDER *et al.*, 1996).

Também tiveram fundamental importância para a elaboração da proposta ora apresentada os trabalhos que fazem análise das vantagens, potencialidades e limitações de cursos *lato sensu*, tais como os Instituto de Geociências da UNICAMP, que implementou um curso de especialização em Geociências (NEGRÃO, 1988 e SHIMABUKURO, 1988).

Outro referencial teórico para a o desenvolvimento de cursos que tenham um formato semi-presencial foram baseados em trabalhos sobre a educação à distância e proposta de universidade aberta. Entre importantes trabalhos sobre o assunto temos: MARTINS (1991), que faz uma reflexão sobre o desenvolvimento da educação à distância no ensino superior e analisa o modelo espanhol da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) e OVALLES-FALCON (1993), que realizou pela Universidade Central da Venezuela um curso baseado no método do ensino dirigido, para formação de agentes de Ecoturismo.

Curso de Especialização em Espeleologia: uma proposta para o debate

Entidades Promotoras: UFOP; USP; UnB; FUSA; IBAMA

Apoio: SBE/FNMA

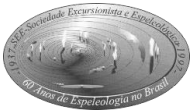
Nível de Pós-Graduação (Lato Sensu)

Carga Horária: 430 h

Curso Semi-Presencial Parcialmente à distância, baseado em parcerias interinstitucionais. Realizado a partir do credenciamento de disciplina e docentes. Funcionando as atividades presenciais em períodos de férias e feriados prolongados e outra parte do curso realizada no esquema de tutoria à distância, utilização de materiais apostilados, audiovisuais, materiais informatizados, correspondências, INTERNET, entre outras formas de contato permanente com o tema e os propósitos do curso. Estruturação e Grade Curricular

MÓDULO I - BÁSICO (295h)

- 1) Geoespeleologia (40)
- 2) Bioespeleologia (25)
- 3) Arqueologia e Antropoespeleologia (25)
- 4) Paleontologia (25)
- 5) História da Espeleologia Brasileira (25)
- 6) Turismo e Maneio de Cavernas (25)
- 7) Educação Ambiental e Formação Espeleológica (25)
- 8) Ecologia Humana (25)
- 9) Política e Legislação Ambiental (25)



- 10) Técnica Espeleológica (50)
- Prospecção e Mapeamento de Cavernas (10)
- Espeleofotografia/ Espeleovideografia (10)
- Técnicas Verticais (10)
- Espeleologia Subaquática (10)
- Espeleosocorro e Resgate (10)

MÓDULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA (50h)

- 11) Metodologia de Pesquisa (30)
- 12) Orientação à Monografia (20) - orientador

MÓDULO III - APROFUNDAMENTO (35h)

Área de preferência do pós-graduando (Esquema de orientação à distância)

MÓDULO IV - TRABALHO DE CAMPO (50 h)

- 13) Trabalho de Campo I - BÁSICO (20) (abordagem interdisciplinar)
- 14) Trabalho de Campo II - APERFEIÇOAMENTO 30) (abordagem na área específica)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que esta proposta está ainda em fase preliminar, merecendo amplo debate e incorporação da opinião com diversos especialistas das áreas da Espeleologia e que tenham importantes contribuições para a educação e formação espeleológica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

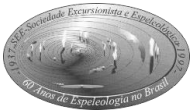
- AVACA, Edgardo O.; ESQUERRO, Marcelo H.; FERRARI, Ricardo A.; HERRERA, Mercedes M. & VASCHETTO, Luis A. 1988. "Escuela Técnica de Espeleologia". CONGRESSO DE ESPELEOLOGIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. 1º. **Anais**. Belo Horizonte-MG: SBE/FEALC.
- BAEDER, Angela M.; SAN SOLO, Davis G.; FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. 1996. "Balanço do curso de especialização em Educação Ambiental: a experiência de Santo André-SP". REUNIÃO ANUAL DA SBPC. 48a. **Anais**. São Paulo: PUC-SP/SBPC
- CAMPANELLA, Gianni. 1984. "I corsi di Speleologia". **Puglia Grotte**. Castellana-Grotte. Bari-Itália: Gruppo Puglia Grotte, (1):73-78.

É preciso que sejam avaliadas com todo o cuidado as questões que foram colocadas aqui, verificando as potencialidades, limitações e a busca de maior integração entre os setores interessados no assunto, viabilizando e agilizando parcerias entre universidades, órgãos governamentais, entidades espeleológicas e ONG's diversas.

Dificuldades e conflitos sem dúvida surgirão, o que é uma decorrência natural, por ser esta uma iniciativa pioneira em nível nacional, entretanto, é preciso uma séria atenção ao assunto e à situação que se vislumbra em todo o país. Mais do que isso, é preciso descobriremos novas perspectivas para uma formação mais ágil e divulgação correta da atividade espeleológica, de forma madura e suficientemente segura, para que não sejamos cobrados, posteriormente, como omissos, elitistas ou como desvinculados da preocupação de preparar adequadamente novos quadros de interessados no estudo das cavernas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à SBE pelo apoio às atividades da SEA, às entidades que promoveram, participaram e/ou patrocinaram os eventos e cursos: MMA; IF; IG; SMA; SET; FUSA; GESMAR; EGAI; SOS IPORANGA; ASA; UPE; Pref. Mun. de Iporanga; Pref. Mun. de Eldorado Paulista; Pref. Mun. de Apiaí; REDAM-SP; Delegacia de Ensino de Apiaí; EEPG "Nascimento S. da Silva"; EEPG "Vitor R. da Mota"; IBAMA. Agradecemos, ainda, a oportunidade da vivência e trocas constantes com as equipes do PETAR e PEJ e moradores do Alto Ribeira.



- _____ & PACE, Pino. 1987. "Proposta per la realizzazione di un 'Centro Didattico Speleologico'". CONGRESSO NAZIONALE DI SPELEOLOGIA. XV. **Preprints**. Castellana-Grotte, Bari-Itália: Gruppo Puglia Grotte / Società Speleologica Italiana. (Boletim especial de Puglia Grotte)
- FÉDÉRATION FRANÇAISE DE SPÉLÉOLOGIE (FFS). 1984. **Ecole Française de Spéléologie**. Lyon-França: FFS.
- FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. 1988. "Educação e Meio Ambiente: formas de conhecer e preservar patrimônio natural". CONGRESSO DE ESPELEOLOGIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. 1º. **Anais**. Belo Horizonte-MG: SBE/FEALC. (Encarte)
- _____. 1991. **Educação Popular e Espeleologia: a pesquisa participante como forma de atuação com as comunidades próximas de cavernas**. Curitiba-PR: GEEP-Açungui / UFPR / SBE. (trabalho apresentado durante o XXI Congresso Brasileiro de Espeleologia)
- _____. 1992. "Curso de Especialização em Educação Ambiental: estruturação de uma iniciativa pioneira de pós-graduação (latu senso) no estado de São Paulo". FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. II. **Anais**. São Paulo: CECAE-U SP/C omissão Interinstitucional
- _____. 1993a. **Aprofundando a formação acadêmica e aprimoramento profissional em Educação Ambiental: análise preliminar do curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental de Santo André-SP**. São Paulo: UNICID. (Trabalho apresentado durante o X Simpósio de Educação Ambiental)
- _____. 1993b. **Espeleologia e Educação Ambiental: subsídios à formação e divulgação espeleológica integrada com as populações do entorno das áreas cársticas**. Montes Claros -MG: EPL/PMMC/SBE. (Trabalho apresentado durante o XXII Congresso Brasileiro de Espeleologia)
- _____. 1994. "Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma experiência interinstitucional para reciclagem de professores de 1º. e 2º. graus do Alto Vale do Ribeira-SP". **InformAtivo SBE**. São Paulo: SBE, (55):7, jan./fev.
- _____. 1996. "Com vivências em Educação e Meio Ambiente: um rio de possibilidades no Ribeira". FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA. I **Anais**. Registro-SP: SMA-SP / SSE / CEFAM Marina Assanuma/EEPSG Dr. Fábio Barreto / IBAMA /FFCL SCELISUL. (no prelo)
- _____. 1997. "Turismo Ambiental, manejo de Unidades de Conservação e participação da população local: conflitos e aspectos educativos na Serra do Mar-SP". ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. **Resumos**. São Paulo: DG-USP, maio.
- _____; SILVEIRA, Margareth; AUGUSTO, Isabel A. 1992. "O 'Meio Ambiente' prejudicou agente...: uma proposta de Educação Ambiental para desvelar a pedagogia de um conflito". FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. II. **Anais**. São Paulo: CECAE-USP/ Comissão Interinstitucional.
- _____; SANSOLO, D.; BAEDER, A.M.1994. "A prática interdisciplinar na formação do educador voltado para a temática ambiental: uma experiência em Santo André-SP". CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. III. **Anais**. Águas de São Pedro-SP: UNESP.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FUSP). 1994. **Educação Ambiental no estado de São Paulo: treinamento de multiplicadores**. São Paulo: FUSP/FDE. (Relatório)
- MARTINS, Onilza B. 1991. **A educação superior à distância e a democratização do saber**. Petrópolis-RJ: Vozes.



- NEGRÃO, Oscar B.M. 1988. "O movimento teoria-prática na especialização em ensino de Geociências". SIMPÓSIO ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOCIÊNCIAS. **Anais**. Campinas-SP: AEAG/IG DEME/FE-UNICAMP, jul.
- OVALLES-FALCÓN, Ornar. 1993. **Principios de Ecoturismo**. Caracas-Venezuela: Editorial Biosfera.
- PARELLADA, Claudia I. 1991. "Análise do ritual de tornar-se espeleólogo no GEEP- AÇUNGUI (1986-1990)". Curitiba-PR: GEEP-Açungui/UFPR/SBE. (trabalho apresentado durante o XXI Congresso Brasileiro de Espeleologia)
- SOCIEDADE BRASILEIRA de ESPELEOLOGIA (SBE). [1991]. **Proposta de reestruturação da SBE**. S/1: (relatório)
- SHIMABUKURO, Yokico. 1988. "I curso de especialização em ensino de Geociências no nível superior: sua contribuição na prática docente dos participantes". SIMPÓSIO ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOCIÊNCIAS. **Anais**. Campinas-SP: AEAG/IG e DEME/FE-UNICAMP, jul.